



Tomada de Posição Pela Defesa do Serviço Postal e Pelo Controlo Público dos CTT

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, tal como toda a população, tem assistido nos últimos tempos à degradação progressiva do Serviço Público e Universal de Correios e ao desaparecimento de alguns balcões desse serviço.

Com a privatização dos CTT, e a pretensão de transformar a empresa num banco privado, outras funestas consequências estão à vista: a destruição do papel estratégico do serviço público postal universal, a liquidação do serviço de proximidade tão necessário para as populações, o despedimento de centenas de trabalhadores, o fim de postos e estações, a debilitação da economia local e a transferência para as autarquias do custo de uma rede nacional.

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo não pode ser insensível à realidade que a crueza dos números revela, até ao presente: o aumento de 47% no preço das tarifas, o encerramento de 564 postos e 21 estações de correio por todo o país, a redução de 900 trabalhadores e um serviço postal que está mais lento que há 30 anos.

De referir também que ao longo dos anos foram encerrando todos os postos públicos de correio existentes no concelho de Montemor-o-Novo, tendo os serviços sido paulatinamente transferidos para particulares ou para as autarquias locais, à custa do seu orçamento, existindo apenas uma Estação de Correios na sede do concelho, situação que consideramos extremamente lesiva para a população, muita dela envelhecida e com dificuldades de mobilidade.

Por todas estas poderosas razões e considerando que cabe ao Estado a responsabilidade de garantir que os serviços postais são assegurados em condições de igualdade a todos os cidadãos, que os Correios devem ser o garante de um serviço público efetivamente ao serviço do País e das populações, ao serviço do desenvolvimento, da coesão social e económica e territorial da região e do país, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, reunida em sessão ordinária no salão nobre dos Paços do Concelho, a 23 de fevereiro de 2018, delibera:

1. Manifestar a sua determinação de tudo fazer, no plano institucional e político, para impedir que venham a encerrar serviços dos CTT no concelho, em defesa dos direitos da população e do serviço postal de proximidade;
2. Manifestar solidariedade para com a população que por todo o país tem sido afetada pelo encerramento de serviços, atrasos e aumento de tarifas;
3. Manifestar total solidariedade aos trabalhadores que têm visto os seus postos de trabalho em risco, em virtude da postura economicista da administração, contra o interesse público, saudando ao mesmo tempo a luta dos trabalhadores dos CTT;
4. Reclamar do governo PS a tomada da opção certa, estratégica, retomando o controlo público dos CTT, a única forma de garantir o serviço público e universal dos Correios.

Montemor-o-Novo, 23 de fevereiro de 2018

Deliberação: Aprovada por maioria com dezasseis votos favoráveis dos eleitos pela CDU, dos eleitos pelo PS e da Eleita pelo PSD e com duas abstenções dos eleitos pelo CDS/PP.